



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA 1.ª REUNIÃO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO,
REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE
2017**

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dezassete, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, António Augusto Marques Mota, Paulo Jorge Figueiredo Martins, Susana Maria da Silva Martins e Fernando José Martins da Silva, a 1.ª reunião da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 61.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com o art.º 48.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.....

.....

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

**PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE
CONCELHIO.**

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Fernando Silva

O **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes nesta 1.ª Reunião de Câmara do Mandato 2017-2021.....

Disse que acompanhava com regularidade os trabalhos da Câmara Municipal, nomeadamente no que respeita às Reuniões de Câmara, entendendo que alguns procedimentos devem ser alterados, sendo exemplo disso mesmo as atas deste Órgão, tendo por conseguinte dado instruções para que as mesmas fossem mais descritivas. Essa situação vai obrigar a que muitas das deliberações tenham de ser aprovadas em minuta para dar seguimento aos respetivos assuntos, caso contrário teria de se aguardar que a ata fosse aprovada.

O **Vereador Fernando Silva**, depois de cumprimentar o executivo camarário eleito para o quadriénio 2017/2021, em especial o Presidente da Câmara, afirmou que poderão contar com o apoio e a ajuda do Vereador da UPOB, de forma a possibilitar a melhoria da qualidade de vida de



Oliveira do Bairro câmara municipal

todos aqueles que vivem e trabalham em Oliveira do Bairro, muito embora possa criticar quando deve, mas também apoiar quando existir mérito para tal.

Espera que haja um novo ciclo de governação, com uma gestão mais transparente e diálogo com todos, oposição incluída, referindo que esperava da parte dos Vereadores do PPD/PSD semelhante atitude e que cumpram este mandato com lealdade, independência e transparência, colocando sempre o interesse público à frente dos interesses privados ou associativos.

Seguidamente apresentou um documento contendo quatro requerimentos, sendo o primeiro relativo à delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara, as quais, no seu entender, deverão permanecer no seio da Câmara Municipal, encontrando-se disponível para acordar delegação de competências de mero expediente para agilizar a gestão corrente; outro respeitante à necessidade de elaboração de um Regimento que regule o funcionamento das reuniões de câmara; um terceiro referente ao horário das reuniões do Executivo Municipal, entendendo que as mesmas se devem realizar num horário que permita a participação de mais cidadãos; e por fim um último, requerendo a disponibilização de um gabinete destinado ao Vereadores da Oposição, que permita melhor cumprir as funções inerentes ao cargo para o qual foram eleitos.

Indagou ainda a Bancada do PPD/PSD, relativamente ao facto de circular uma informação de que um dos Vereadores do PPD/PSD não iria votar de acordo com os restantes Vereadores eleitos por aquele partido, o que, a ser assim, permitirá a formação de uma maioria absoluta com o CDS-PP, dado que poderá receber inclusivamente alguns pelouros, situação esta que, na sua opinião, desvirtua os resultados do último ato eleitoral, podendo não estar a ser cumprida a Lei, uma vez que se afigura como tendo mudado de partido.

Acrescentou que tal facto se poderá dever à necessidade de garantir o subsídio à associação que o Vereador lidera, o que, na sua opinião, se afigura como ganho patrimonial, uma vez que o mesmo terá dado avales pessoais para obtenção de empréstimos.

Assim e tendo em atenção o que mencionou, solicitou ao líder da bancada do PPD/PSD que se pronunciasse relativamente a esta questão.

O **Vereador António Mota** começou por desejar ao Executivo Municipal um bom mandato, estando o PPD/PSD disponível para cooperar e apoiar tudo aquilo a que se propuseram em conjunto durante a campanha eleitoral, nomeadamente ao nível da proximidade com os cidadãos e do movimento associativo, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do Concelho.

Solicitou, ao abrigo do Estatuto da Oposição, pudessem ser consideradas algumas das propostas apresentadas pelo PPD/PSD, no âmbito de uma gestão participada.



Oliveira do Bairro câmara municipal

No que respeita ao e-mail remetido ao Presidente da Câmara, informou que tal se prendeu simplesmente pelo facto da legislação mencionar que o prazo de agendamento das reuniões é corrido, o qual, neste caso em concreto, terminaria no sábado, ou seja, do seu ponto de vista não se encontrava cumprido aquele requisito, não querendo no entanto impedir fosse o que fosse, mas alertar para a possibilidade de as deliberações poderem ser consideradas nulas.

Concorda com a elaboração de um Regimento de Funcionamento das Reuniões de Câmara, no sentido de haver mais transparência na gestão autárquica e que foi um dos pilares do programa do Presidente da Câmara durante a Campanha Eleitoral, cumprindo desta forma a Lei em vigor.

Respondendo diretamente à questão colocada pelo Vereador Fernando Silva disse não querer pensar que a matéria mencionada por aquele Vereador possa vir a suceder.

Mais disse que o PPD/PSD, através do Tribunal Constitucional poderá solicitar esclarecimentos, para, além do mais, a Bancada se sentir mais à vontade em relação a estas matérias, parecer esse que poderá ser igualmente solicitado à CCDR, de forma a que todos se sintam mais tranquilos e não se coloquem esse tipo de suspeitas, porque aí o Partido ou o Vereador teriam de tomar uma posição consoante o teor desse mesmo parecer

Acrescentou que, no caso de algumas das situações sugeridas pelo Vereador Fernando Silva se concretizarem, é porque não está a funcionar da melhor forma, mas confessou esperar que não e que se tenha tranquilidade, mas que não sejam condicionadas as funções do Vereador pelos motivos mencionados acreditando que todos estarão atentos.

O **Presidente da Câmara** informou que as propostas apresentadas pelo Vereador Fernando Silva serão analisadas e eventualmente votadas em próxima Reunião de Câmara.

Em relação à questão formulada pelo Vereador António Mota, esclareceu que a mesma tinha sido analisada, contudo, terminando o prazo a um sábado, o mesmo é transferido para o dia útil seguinte, além de que, de acordo com a jurista da CCDR-C a quem foi colocada a questão, os prazos em causa são meramente indicativos.

O **Vereador António Mota** referiu que se na resposta dada ao seu e-mail, o Presidente da Câmara tivesse informado da existência do parecer, não teria colocado a questão na presente reunião.

PONTO 2 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 1 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Lília Águas, António Mota, Susana Martins e Fernando Silva

O **Vereador Fernando Silva** recordou a sua proposta apresentada anteriormente, a qual contém algumas indicações acerca do que concorda e discorda relativamente à Proposta apresentada pelo



Oliveira do Bairro câmara municipal

Presidente da Câmara.

Tendo em atenção que as questões por si colocadas se prendem com os assuntos constantes da Ordem de Trabalhos, sugeriu que a votação dos mesmos fosse adiada, porque caso contrário se veria obrigado a votar contra a sua aprovação.

Afirmou que, não pretendendo impor as suas ideias, se encontra disponível para trabalhar com os restantes Vereadores, entendendo que deve, no início do Mandato, fazer-se um trabalho que ajude todos os intervenientes nas Reuniões da Câmara Municipal e os próprios munícipes, não podendo continuar a haver um Executivo como o anterior que tinha como características o quero, posso e mando e os Vereadores da Oposição não conseguiam levar por diante nenhuma das suas ideias.

O **Vereador António Mota** lembrou que no início de cada Mandato, é habitual o Presidente da Câmara colocar a questão relativamente aos dias e horas de realização das Reuniões do Executivo Municipal, havendo por norma um consenso. Agora observa-se uma imposição, sem que se tenha auscultado os Vereadores e por conseguinte deveria merecer algum cuidado.

Considerou que poderão existir alguns condicionalismos por parte da Vereadora Susana Martins, uma vez que se encontra a lecionar a cerca de 150 Km de Oliveira do Bairro, sendo mesmo prejudicial para os seus alunos, pelo que, no seu entender, se deveria tentar encontrar a melhor solução.

O **Vice-Presidente da Câmara** considerou interessante que o Vereador António Mota afirme ser usual os Vereadores serem consultados acerca dos horários das Reuniões, uma vez que, em seis anos como Vereador da oposição nunca foi ouvido sobre o assunto.

Acrescentou que, por questões de operacionalidade, a presente Proposta deve ser aprovada nos termos em que foi apresentada, sem prejuízo de, mais tarde, em situações pontuais ou em reuniões descentralizadas o horário poder ser ajustado de forma a poder haver uma maior participação por parte dos Munícipes.

No que respeita às faltas profissionais da Vereadora Susana Martins, recordou que as mesmas encontram-se legalmente justificadas.

A **Vereadora Lília Águas** lembrou que o CDS-PP sempre defendeu a existência de um Regimento de Funcionamento das Reuniões do Executivo Camarário, pelo que considera que a existência do mesmo não parte de uma proposta da UPOB, mas sim da vontade do CDS-PP que sempre o defendeu ao longo destes últimos anos e tal será levado a efeito de uma forma clara e transparente. Contudo, até à aprovação de um Regimento, haverão Reuniões de Câmara, as quais terão de funcionar de uma forma estável. O horário é diferente do anterior Mandato, não sendo impeditivo da afluência da população.

Relembrou que foi Vereadora no decurso de diferentes Mandatos e apesar dos seus compromissos profissionais, fez sempre um esforço para estar presente, sendo que, quando não pode estar,



Oliveira do Bairro câmara municipal

socorreu-se do regime da substituição, uma vez que o horário das Reuniões de Câmara não pode ser condicionado por motivos profissionais dos Vereadores sem Pelouros atribuídos.

Para terminar, reforçou as palavras do Vice-Presidente da Câmara, informando nunca ter sido consultada relativamente aos dias e horário das Reuniões de Câmara.

A **Vereadora Susana Martins** confirmou que a sua falta profissional se encontra justificada, realçando contudo que nenhum pai gosta que um professor falte periodicamente, sempre no mesmo horário e sempre à mesma turma, podendo estar a faltar cerca de metade das aulas num único ano letivo e sempre à mesma disciplina e turma.

Sugeriu que as reuniões fossem realizadas no período da tarde, uma vez que nesse período já não terá qualquer problema.

O **Vereador António Mota** referiu ter somente sugerido que os Vereadores discutissem o presente assunto, até porque o Presidente da Câmara irá ter uma série de condicionalismos relacionados com outras reuniões, tendo sempre existido um entendimento acerca desta situação.

Por fim, lamentou o facto de os Vereadores em anteriores Mandatos nunca terem sido ouvidos relativamente a este assunto, apesar de o terem sido em relação a outras matérias.

O **Vereador Fernando Silva** disse reconhecer não ter sido facilitada a tarefa aos Vereadores da Oposição nos anteriores Mandatos, não podendo contudo continuar-se a fazer o que se entende que foi mal feito no passado e por isso mesmo, se houver um compromisso por parte de todos os presentes de que irá existir um Regimento, votará favoravelmente este assunto, a fim de não impedir o normal funcionamento das Reuniões de Câmara até que o mesmo seja aprovado.

O **Presidente da Câmara** confirmou que existem compromissos e reuniões com entidades externas, o que significa que se deverá ter algum cuidado no agendamento das Reuniões de Câmara.

Respondendo ao Vereador Fernando Silva, lembrou ter afirmado que as suas Propostas seriam presentes para análise em próximas Reuniões de Câmara, pelo que considera que a resposta está dada.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:

1.º - Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 40.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, realizar duas Reuniões Ordinárias mensais, nas segundas e últimas quintas-feiras de cada mês, na Sala de Reuniões do Executivo Municipal, com início às 09.30;

2.º - Ao abrigo do n.º 2, conjugado com o n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, a última reunião ordinária de cada mês seja pública, fixando-se para intervenção aberta ao público um período de 30 minutos após o encerramento da Ordem do Dia, podendo os munícipes e público em geral, nesse período, intervir para pedidos de esclarecimento.



Oliveira do Bairro câmara municipal

PONTO 3 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 2 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Lília Águas, António Mota, Susana Martins e Fernando Silva

O **Presidente da Câmara** referiu que a presente Proposta decorre da Legislação em vigor e de forma a assegurar o normal funcionamento da Câmara Municipal.

O **Vereador António Mota** confirmou que efetivamente esta transferência de competências é uma possibilidade que se encontra prevista na Lei, no entanto, a Câmara Municipal pode conceder essas mesmas competências ou decidir não as atribuir.

Referiu que, inexistindo uma maioria absoluta no atual mandato, entende que deveria haver uma maior participação da Câmara Municipal em relação à própria gestão, sendo usual nos Municípios onde a inexistência de uma maioria ocorre, haver competências que são delegadas, mas outras que não o são.

Assim sendo e entendendo que deve haver uma maior participação dos Vereadores na gestão autárquica, discorda que todas as competências da Câmara Municipal sejam delegadas no Presidente da Câmara, salvo situações pontuais de mero expediente, uma vez que aquele não detém maioria absoluta, pelo que não poderá votar favoravelmente esta Proposta.....

O **Vereador Fernando Silva** lembrou a sua intervenção aquando da apresentação da sua Proposta relativamente a esta matéria e contrariamente ao ponto anterior, em que mudou o seu sentido de voto, já neste assunto não o poderá fazer, uma vez que, na sua opinião, a Câmara Municipal poderá funcionar sem a delegação e competências que aqui é proposta, independentemente de ter de haver mais uma ou outra Reunião de Câmara para debater e aprovar os assuntos, mas nunca todas as matérias que a Lei prevê a possibilidade de serem objeto de delegação no Presidente da Câmara, dando o exemplo da aprovação de projetos e programas de concursos, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas, uma vez que, na sua opinião, os Vereadores devem participar na discussão, inclusive com os Técnicos e permitindo a inclusão e eventuais correções e/ou alterações que se entenda como pertinentes. De igual modo entende que não deve ser o Presidente da Câmara a ter a competência de aprovar uma Alteração ao Plano e Orçamento, pelo que, atendendo igualmente ao facto de não haver uma maioria absoluta, irá votar contra a presente Proposta.

O **Vice-Presidente da Câmara** disse que na sua opinião a presente Proposta deve ser aprovada, tendo por base questões de operacionalidade e o funcionamento tão rápido quanto possível dos serviços municipais, sem prejuízo da consulta por parte dos Vereadores sempre que entendam e nos termos legais.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Presidente da Câmara** informou que ao nível orçamental se está somente a autorizar a aprovação de modificações ao Plano de Atividades e Orçamento, ou seja, é uma situação de mera gestão, tal como em relação a outras matérias cuja delegação de competências tem por base apenas questões de operacionalidade.

No que respeita à maioria ou à falta dela informou que, sempre que os Vereadores entendam fazer propostas à Câmara Municipal o poderão fazer e as mesmas serão discutidas e votadas. Todos terão direito a fazê-lo, todas as ideias da oposição poderão ser colocadas à discussão e esse é um exemplo de democracia e não o facto de haver ou não uma maioria na Câmara Municipal.

De igual forma lembrou os Vereadores António Mota e Fernando Silva que, quando tiveram pelouros atribuídos e faziam parte do Executivo, desempenharam funções com recurso a este mesmo instrumento que está aqui a ser proposto e sabem que somente assim puderam tomar decisões que eram prementes.

O **Vereador António Mota** disse que tal não correspondia à verdade uma vez que nunca houve um Executivo Municipal sem maioria absoluta, caso existisse esta questão nem se colocaria.

Relembrou que numa alteração orçamental não existe alteração de rubricas, mas podem ser alterados os quantitativos quase na sua totalidade e isso é uma realidade.

Acrescentou que, se o Presidente da Câmara se comprometer a trazer em todas as Reuniões do Executivo Municipal uma execução orçamental ou outros elementos de consulta direta para que haja um acompanhamento por parte dos Vereadores, até poderá concordar e aceitar, porque, a não ser assim, somente terá acesso a esses dados aquando de uma Revisão Orçamental, tendo ainda lembrado que em outros mandatos as alterações orçamentais eram presentes ao Executivo Municipal para aprovação ou informação, sendo que, apesar de não mudar rubricas altera montantes e muda a execução dos projetos, o que desvirtua o Plano de Atividades e Orçamento inicialmente apresentado.

Terminou, referindo que o Presidente da Câmara terá de se habituar ao facto de não possuir uma maioria absoluta no Executivo Municipal para decidir, o que obrigará a negociações entre os Vereadores e desta forma a gestão autárquica será muito mais transparente, e o Presidente da Câmara deverá estar aberto a essas mesmas negociações, nomeadamente em relação a algumas alíneas que a oposição entende que não devem fazer parte desta delegação de competências. Não sendo desta forma, informou que irá votar contra a aprovação da proposta do Presidente da Câmara.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com os votos contra dos Vereadores António Mota, Susana Martins e Fernando Silva, a abstenção do Vereador Paulo Martins e os Votos favoráveis do Presidente e Vice-Presidente da Câmara e da Vereadora Lília Águas, tendo o Presidente da Câmara exercido o voto de qualidade nos termos do n.º 2 do art.º 54.º do Anexo I da



Oliveira do Bairro câmara municipal

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a Informação/Proposta n.º 2 - Mandato 2017/2021 de Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 4 – APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO REFERENTE À EMPREITADA “P03 - REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA CERÂMICA ROCHA”, ADJUDICADA À FIRMA JOAQUIM FERNANDES MARQUES & FILHO, S.A., PELO VALOR DE 678.999,38 € + IVA
Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara e o Vereador Fernando Silva

O **Presidente da Câmara** informou que o presente assunto se prende tão somente com a aprovação da Minuta de Contrato, a fim de que a mesma seja remetida ao empreiteiro para aceitação, tendo em atenção que o procedimento concursal e a adjudicação foi aprovada pelo Executivo Municipal anterior.

O **Vereador Fernando Silva** informou que não teve oportunidade de consultar o dossier, não tendo igualmente sido remetida a Minuta de Contrato aos Vereadores.

O **Presidente da Câmara** mencionou que os trabalhos da presente Reunião de Câmara poderiam ser suspensos por cinco minutos, a fim de que os Vereadores pudessem consultar o processo, o que foi por todos aceite.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Minuta do Contrato da Empreitada “P03 – Reabilitação do Edifício da Antiga Cerâmica Rocha”, a celebrar com a firma Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A., pelo montante de 678.999,38 € (seiscentos e setenta e oito mil novecentos e noventa e nove euros e trinta e oito cêntimos) + IVA.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 27 de outubro do ano de 2017, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: 229.190 Euros e 28 Cêntimos

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 744.200 Euros e 86 cêntimos

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: 973.391 Euros e 14 Cêntimos

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dez horas e trinta minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, José



Oliveira do Bairro câmara municipal

Miguel Cardoso Duarte, Coordenador Técnico, que a redigi e pelos Vereadores presentes que o desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo

José Miguel Cardoso Duarte

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

António Augusto Marques Mota

Paulo Jorge Figueiredo Martins

Susana Maria da Silva Martins

Fernando José Martins da Silva